

Instituto Paulo Freire
CADERNOS DE FORMAÇÃO

2

Município que Educa

Nova arquitetura da gestão pública

Paulo Roberto Padilha

Ed,L

Editora e Livraria
Instituto
Paulo Freire

EXPEDIENTE

Instituto Paulo Freire

Moacir Gadotti

Presidente do Conselho Deliberativo

Alexandre Munck

Diretor Administrativo-Financeiro

Ângela Antunes

Diretora Pedagógica

Paulo Roberto Padilha

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Saete Valesan Camba

Diretora de Relações Institucionais

Francisca Pini

Coordenadora de Educação Cidadã

Janaina Abreu – Coordenadora Editorial

Sonia Couto S. Feitosa – Secretária de Política Editorial

Lina Rosa – Pesquisa e Preparação de Originais

Carlos Coelho – Revisor

Kollontai Diniz – Capa e Projeto Gráfico

Alex Nascimento – Diagramação e Arte-final

Brasilgrafia Gráfica e Editora – Impressão

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Padilha, Paulo Roberto

Município que educa : nova arquitetura da gestão pública / Paulo Roberto Padilha. -- São Paulo : Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. -- (Série cadernos de formação; 2)

Bibliografia.

ISBN 978-85-61910-31-0

1. Cidadania 2. Educação 3. Municípios - Governo e administração - Brasil 4. Planejamento educacional - Brasil I. Título. II. Série.

09-04342

CDD-370.981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil: Gestão Educacional municipal
370.981

2. Brasil: Municípios: Gestão Pública: Melhoria na Educação
370.981

Copyright 2009 © Editora e Livraria Instituto Paulo Freire

Editora e Livraria Instituto Paulo Freire

Rua Cerro Corá, 550 | Lj. 01 | 05061-100 | São Paulo | SP | Brasil
T: 11 3021-1168 | editora@paulofreire.org | livraria@paulofreire.org
www.paulofreire.org

Referências

| | |
|---|----|
| Apresentação | 05 |
| <i>O que é Município que Educa?</i> | 07 |
| Origem e fundamentos para a criação da <i>Rede Município que Educa</i> | 16 |
| Como participar desta Rede? | 27 |
| Referências | 37 |

MUNICÍPIO QUE EDUCA

Nova arquitetura da gestão pública¹

Paulo Roberto Padilha²

Apresentação

Ao buscarmos sentido e significado para a educação que praticamos, estamos no movimento de quem reflete a sua própria prática e quer contribuir para a criação de uma nova arquitetura de gestão pública, que denominamos *Município que Educa*. A escola e toda a comunidade escolar são gestores sociais do conhecimento que, de forma sistemática e coletiva, criam as condições para a construção de novos conhecimentos e saberes que atendam às exigências do século 21, ou seja, às necessidades educacionais do presente e do futuro.

Uma "nova arquitetura" tem a ver com inovação e mudança, e isso acontece sempre a partir do que já existe. Se inovamos, acrescentamos ao existente algumas características, melhorando a forma de fazer, de realizar, de produzir. Ao inovar e provocar mudanças, às vezes, sem que o percebamos, melhoramos também o nosso próprio jeito de "ser".

Quando mudamos algo, alteramos mais radicalmente o objeto da nossa ação, mexendo com as raízes ou com a estrutura do que deve ser modificado. É nessa perspectiva que nos colocamos ao refletirmos sobre as condições atuais da gestão pública e ao propormos a organização de uma rede articulada, nacional e internacionalmente. A *Rede Município que Educa* visa à melhor qualidade

1. Artigo produzido para o lançamento da *Rede Município que Educa* em 30/01/2009, no contexto do Fórum Mundial de Educação e do Fórum Social Mundial, em Belém, Estado do Pará, janeiro de 2009, atualizado e finalizado em 07/02/2009.

2. Pedagogo, bacharel em ciências contábeis e músico. Mestre e doutor em educação pela Feusp. Diretor de Desenvolvimento Institucional do Instituto Paulo Freire. Autor dos livros: *Educar em todos os cantos* (2007), *Currículo Intertranscultural* (2004) e *Planejamento dialógico* (2001), publicados pela Editora Cortez/IPF.

de vida no município, a potencializar os seus espaços educativos, à democratização do poder municipal e ao desenvolvimento local, com base em relações éticas e transparentes entre Estado e sociedade civil.

Para terem sentido e significado, inovação e mudança devem nascer de um desejo, de uma necessidade, de uma indignação ou de algum problema que nos desafie e que necessite ser superado e resolvido. O educador Paulo Freire (1921-1997) falava de "justa ira", de indignação, que nos levaria à busca de alternativas, de mudanças, enquanto reação radical diante, por exemplo, de quaisquer manifestações de preconceito ou de injustiça.

A proposta ora apresentada é, na perspectiva acima referida, uma atitude radical para que, no âmbito do município, todo e qualquer tipo de preconceito, de injustiça social ou de má gestão da política pública sejam enfrentados com determinação, com decisões democráticas e éticas. O que se busca é o melhor atendimento possível das necessidades das populações locais abrangidas pela municipalidade, sempre considerando a indispensável e mesmo inevitável interconexão com tudo o que acontece no planeta, como veremos a seguir.

O que é *Município que Educa*?

Os desafios desta Rede são municipais, mas ultrapassam a dimensão do *município*, instância dotada de personalidade jurídica, que possui certa autonomia administrativa e está organizado em órgãos políticos e administrativos. No Brasil, a partir da Constituição Federal de 1988, os municípios têm autonomia para criar os seus próprios sistemas municipais, o que, segundo Moacir Gadotti, situa o município "como *espaço real de poder*. [...] que não é mais tratado como mero executor de decisões tomadas em outras instâncias do poder" (GADOTTI, 2000b, p. 175)¹. Os municípios, como acontece também em outros países, devem funcionar em regime de colaboração com o Estado e o Governo Federal.



Município que Educa é uma rede de municípios articulados em torno dos princípios da Educação Cidadã e da Cidadania Planetária. As pessoas e instituições que dela participam, além de acompanhar e colaborar com a gestão pública educacional dos municípios, preocupam-se também com o conjunto da administração e do desenvolvimento local, caracterizando-se por realizar abordagens multissetoriais. Nesse sentido, seu foco é mais amplo, pois se volta para a garantia de direitos em toda a municipalidade, com base na observação permanente da gestão pública.

Na Rede, os programas, projetos e iniciativas governamentais e não governamentais serão objeto de reflexão, estudos, análises, socialização e intercâmbio de experiências, potencializando o caráter educativo de cada iniciativa do poder local. Neste espaço, toda a comunidade pode aprender mais sobre o município, contribuir para as decisões sobre as suas prioridades e exercer o protagonismo de quem acompanha e avalia os projetos municipais. Toda a municipalidade aprende sobre o município, decide sobre as suas prioridades, acompanha e avalia a execução de seus projetos. Conforme escreve o professor Ladislau Dowbor,

1. Ver, especialmente, nesta obra de Gadotti, os capítulos 15 e 16, intitulados, respectivamente, "O sistema municipal de educação: estratégias para a sua implantação" e "Da municipalização do ensino ao sistema único e descentralizado de educação básica".

[...] é interessante constatar que quanto mais se desenvolve a globalização, mais as pessoas estão resgatando o espaço local e buscando melhorar as condições de vida no seu entorno imediato. Na realidade, a nossa cidadania se exerce em diversos níveis, mas é no plano local que a participação pode se expressar de forma mais concreta. A grande diferença, para municípios que tomaram as rédeas do próprio desenvolvimento, é que em vez de serem objetos passivos do processo de globalização, passaram a direcionar a sua inserção segundo seus interesses. Promover o desenvolvimento local não significa voltar as costas para os processos mais amplos, inclusive planetários: significa utilizar as diversas dimensões territoriais segundo os interesses da comunidade. (2006, p. 2).

Enfatizamos que a *Rede Município que Educa* considera o município em sua ampla dimensão territorial, não apenas a cidade (a urbes), nem tampouco apenas os setores rurais (o campo), muito menos apenas as periferias das cidades. O interessante é que cada cidadã, cada cidadão possa (re)descobrir os vários espaços e tempos do território onde vive, admirando-o nas suas paisagens, na sua boniteza, como, por exemplo, as suas riquezas e belezas naturais, a cultura local, as praças da cidade, a transparência das águas dos rios, o respeito e o cuidado com as crianças e com as pessoas idosas etc.; mas, também, estranhando-o quando perceber a necessidade de superar desafios e problemas que, há muito tempo, continuam ali sem solução... por exemplo, uma biblioteca sem livros, uma escola depredada, hospitais superlotados, desemprego crescente, violência aumentando, falta de segurança, de infraestrutura local, falta de escolas, de universidades, de perspectivas de vida etc. Como falamos contemporaneamente, trata-se de pensarmos na dimensão "rurbana", ou seja, na interconexão das problemáticas existentes entre a zona urbana e rural, mesmo reconhecendo a existência de especificidades de cada uma delas. Como também afirma Ladislau Dowbor,

[...] onde havia a divisão nítida entre o "rural" e o "urbano", aparece o que tem sido chamado de "rurbano". No território assim constituído as pessoas passam a se identificar como comunidade, a administrar conjuntamente problemas que são comuns [...] a qualidade de vida e o desenvolvimento vão depender cada vez mais da capacidade inteligente de organização das complementaridades, das sinergias no interesse comum. (2006, p. 4).

Vivemos num "mundo educador", que

[...] exige um nível cuidadoso e aprofundado de articulações políticas, sociais, culturais, ambientais e econômicas, visando à conquista de um melhor atendimento da população pelas organizações governamentais, não governamentais e por todas as instituições da sociedade, não se restringindo esse alcance às classes médias ou às elites sociais que, historicamente, são as que consomem todos os "serviços" prestados pelo Estado e pelo mercado e que, por isso mesmo, têm presença nas decisões sobre as questões relacionadas às políticas públicas. (PADILHA, 2007, p. 85).

E, no contexto do município, é necessária a realização de projetos intersetoriais, intersecretariais e também inter-regionais, que mobilizem as diferentes forças políticas e sociais em âmbitos das comunidades e da sociedade, visando justamente ao alcance dos objetivos de uma educação popular comunitária, não formal, formal, cidadã e planetária.

A práxis da Educação Cidadã não se limita apenas à escola, pois ela implica na construção, no fortalecimento e na ampliação de redes de comunicação, de programas e projetos que busquem articular, organizar e aproximar o conjunto de ações e de experiências educacionais no município. Trata-se de enfatizar princípios e valores que fundamentam uma lógica de poder transformadora, libertadora, dialógica, radicalmente democrática, sustentável, inclusiva, conectiva, informativa, comunicativa, plural, intertranscultural e intertransdisciplinar, fortalecedora do poder local.

Consideradas tais premissas, lançamos, no contexto da 6ª edição do Fórum Mundial de Educação (FME) e da 9ª edição do Fórum Social Mundial (FSM) em Belém-Pará, de

26/01/2009 a 01/02/2009, a *Rede Município que Educa*². Ela nasce de movimentos históricos e de esforços acumulados para melhorar a qualidade de vida e a qualidade sociocultural e socioambiental da Educação das populações que convivem e constroem suas histórias e a história da comunidade, da localidade, da municipalidade, em conexão com o que se passa em todo o planeta.

A *Rede Município que Educa* é uma rede de municípios articulados em torno dos princípios da Educação Cidadã e da Cidadania Planetária para alcançar os seguintes objetivos:

- a) fortalecer e potencializar os espaços educativos e formativos das pequenas, médias e grandes municipalidades, integradas e em permanente cooperação e intercâmbio de experiências, criando a possibilidade local da auto-gestão em redes de colaboração solidária – educacionais, culturais, ambientais, econômicas, étnicas, raciais etc.;
- b) atender, de forma participativa e transparente, as históricas demandas das comunidades municipais – urbanas, rurais, do campo, das periferias, do centro, dos bairros etc. – com o acompanhamento permanente de representantes da sociedade civil e do Estado na elaboração, execução, acompanhamento e avaliação de programas e projetos intersetoriais, inter-regionais e intersecretariais;
- c) potencializar processos participativos relacionados à definição do orçamento público, ao acompanhamento transparente das execuções orçamentárias e à disponibilização

2. Os conceitos, fundamentos, princípios e valores apresentados neste texto, bem como muitas das ideias aqui defendidas, foram discutidos durante a mesa *Município que Educa*, em 30/01/2009, das 8h30 às 12h, no contexto do FSM de Belém, Pará, onde foi lançada a *Rede Município que Educa*. Os temas e os palestrantes foram, respectivamente: Município, Educação e sustentabilidade (Moacir Gadotti, IPF), A concepção da proposta *Município que Educa: nova arquitetura da gestão pública municipal* (Paulo Roberto Padilha, IPF); Eixos da Educação Cidadã na perspectiva do *Município que Educa* (Ângela Antunes, IPF); Diversidade Cultural no *Município que Educa* (Marilândia Fração, representando a Secretaria Municipal de Educação de Osasco, SP); Estado e Regime de Colaboração com o *Município que Educa: uma experiência em EJA* (Maria de Jesus Gaspar Leite, secretária adjunta de Projetos Especiais do Estado do Maranhão); Municípios Educadores Sustentáveis (Carlos Rodrigues Brandão, IPF). A organização e coordenação desta mesa foi de Francisca Pini, coordenadora da Área da Educação Cidadã do IPF.

de informações atualizadas relacionadas à gestão pública que a todos interessa;

- d) fortalecer o desenvolvimento local, as municipalidades e a interconectividade destes com iniciativas de dimensão planetária, inaugurando e ampliando os intercâmbios dos municípios em nível nacional e internacional;
- e) democratizar os espaços decisórios das instituições públicas locais, principalmente as educacionais, viabilizando a qualidade sociocultural e socioambiental da educação, para todas as pessoas;
- f) respeitar e valorizar as diferentes diferenças e as múltiplas semelhanças, em todas as dimensões da vida social, na definição dos programas e projetos municipais;
- g) sistematizar e avaliar processualmente as experiências, compartilhando-as.

Para alcançarmos os objetivos acima, construindo um Estado democrático e socialmente justo, não se pode eximi-lo de suas responsabilidades. Mas, por outro lado, a sociedade civil também não pode achar que o Estado sozinho construirá a mudança. Para que isso aconteça, é necessário que a democracia e a justiça social estejam presentes na nossa vida cotidiana e que tenhamos clareza em quais espaços nos educamos, com base em quais valores e também com quem contamos, ou seja, quais são os sujeitos da *Rede Município que Educa*.

Quanto aos *espaços*, a educação acontece na nossa casa, no trabalho, nas ruas, nas avenidas, nas praças, nas escolas, nas favelas, nas experiências de "conurbação", nas periferias, nas "áreas de transição" (BRAVO, 2007, p. 8), nas regiões urbanas, rurais, no campo, nas comunidades próximas das escolas, no centro, nas organizações governamentais e não governamentais, nos movimentos sociais, nas igrejas, templos, instituições religiosas, sindicatos, clubes, bibliotecas, teatros, equipamentos públicos, nas associações comunitárias e/ou de bairro, nas universidades. Nesse particular, conforme sinopse do livro intitulado *Gestão educacional no contexto da territorialização*,

[...] a formulação de políticas educacionais deverá, também, levar em conta aspectos como a conurbação, que se constitui do encontro entre duas ou mais cidades; a favela, formada pelo conjunto de habitações construídas de forma irregular em locais sem infra-estrutura social básica; a periferia, contorno indicativo da delimitação geográfica, pelo conjunto de bairros distantes do centro urbano de uma cidade, e as áreas de transição, faixas territoriais em que não há homogeneidade na definição dos aspectos sociais, econômicos e culturais. (BRAVO, 2007, p. 8).

Temos, no município, os espaços da educação informal, não formal e formal, que são potencialmente educativos e que, dependendo da intencionalidade dos sujeitos, educam para o bem-viver, contribuindo para a formação do ser humano integral. Nessas diferentes instâncias espaciais, são vários os *sujeitos* que educam e se educam: além de educadoras e educadores, gestores e gestoras municipais, alunos e alunas, familiares, coordenadores(as) pedagógicos(as) das escolas, funcionários das unidades educacionais, pessoas que participam direta ou indiretamente dos processos de educação formal e não formal, bem como aquelas que, de alguma forma, têm relações de trabalho, de afinidade e de compromissos com o desenvolvimento municipal – a pessoa que atende na cantina da escola, o motorista do transporte escolar, os que atendem nos espaços de vivência de espiritualidade na comunidade, os participantes dos grupos de *hip hop*, de capoeira, de *skate*, dos diversos movimentos sociais que manifestam todas as diversidades culturais presentes na municipalidade, bem como os profissionais e trabalhadores dos equipamentos públicos em geral (do posto de saúde, da biblioteca, do centro esportivo, do teatro municipal) e também os trabalhadores do setor privado (empresas em geral – do comércio, da indústria, da agricultura, de serviços etc.).

Quanto aos principais *valores* presentes nessa ação municipal, destacamos o diálogo, a transparência, a sociabilidade, o respeito, a afetividade, a cooperação, a solidariedade, o empreendedorismo participativo, o trabalho coletivo, o compromisso, a ética, a amorosidade, a criatividade,

a esperança, a organização democrática, a comunicação, a informação, a integração, e a intersectorialidade. Enfim, o trabalho em rede interativa e colaborativa. Este deve ser o espírito da *Rede Município que Educa*.

A *articulação municipal*, nessa perspectiva, trata da articulação das forças produtivas e criativas da municipalidade. Esta visão estratégica pressupõe o planejamento, a execução, o acompanhamento e a avaliação processual da política municipal.

A força coletiva do *Município que Educa* resultará do somatório representativo e democrático de instituições da sociedade civil, do Estado e do mercado, organizado com interesse em transformar o desenvolvimento local em algo possível, viável e sustentável, na conjunção com as experiências de outros municípios. Em conectividade permanente, o município deve ter vontade política de, por exemplo, mapear todas as necessidades que possui para o seu desenvolvimento e, de forma sistemática e participativa, deve se articular em torno de programas e projetos de curto, médio e longo prazos.

Como afirma Moacir Gadotti (2009), na "*autogestão*", a formação para a gestão não é um processo educativo restrito ao setor administrativo. Quando ela se refere a empreendimentos autogestionários, dirige-se ao conjunto das pessoas ligadas à iniciativa, embora seja específica para certos quadros institucionais, de acordo com as suas responsabilidades. Trata-se, neste caso, de uma formação para a gestão colaborativa que tem por objetivo a realização do trabalho em equipe.

Na conjunção de forças, de desejos, de experiências e de expectativas de gestão pública democrática e participativa, com ações de caráter educacional, pretende-se construir uma rede que viabilize a cooperação solidária entre os municípios de um mesmo país e entre municípios de outras nações. Mas toda essa conectividade acontecendo com base em *diálogos entre pessoas e instituições que compõem a vida municipal*, fortalecidos por um processo educacional intencionalmente determinado, superador de práticas negadoras de direitos e de esforços conjuntos já existentes, de caráter centralizador, burocrático e verticalizado.

Município que Educa traduz, na gestão pública municipal, a indignação e a radicalidade freiriana, que não se contenta nem se cala diante do não-atendimento das demandas das populações, principalmente, das pessoas oprimidas. Estamos falando em atendimento de demandas locais em íntima conexão com o que se passa no mundo globalizado ou, como preferimos dizer, no mundo planetarizado (alguns preferem mundialização), até para superarmos o viés estritamente econômico já marcado no termo globalização.

A *Rede Município que Educa* assume, na dimensão do desenvolvimento local, a discussão da crise ética, climática, ambiental, econômica, cultural e educacional, de dimensão planetária, que a todos alcança. No entanto, isso significa, na prática, fazer associações concretas em relação às possibilidades de, no âmbito do município, superarmos a ideia de que é impossível mudar e vencer a falta de perspectivas diante do discurso do descontrole da gestão pública e da vida social. Cabe-nos criar novas possibilidades de ações coletivas alternativas, que viabilizem a superação dos problemas que, diariamente, mostram-se diante de nós no quintal da nossa casa, nas ruas pelas quais caminhamos, nas avenidas pelas quais trafegamos, na comunidade, no bairro, no centro, na periferia e na zona rural onde convivemos e trabalhamos.

Ora, se a vida está comprometida no nível planetário, é porque ela está, antes disso, comprometida em nível local. Como afirmou o professor Moacir Gadotti, na abertura do FME, no dia 26/01/2009, em Belém, Estado do Pará, na Amazônia brasileira, há que termos esperança. Precisamos reencantar a vida e a Educação, oportunizando aprendizagens plurais e transformadoras. Mas, também, segundo ele, de nada adianta falarmos disso sem que posamos nos esforçar e contribuir, por exemplo, para o fim das queimadas na Amazônia, pois se destruimos esse pedaço do mundo que é a Amazônia, estamos matando uma parte significativa e muito importante do planeta – como diriam alguns, estamos matando o coração do planeta. Na verdade, qualquer destruição ambiental, violência aos direitos humanos ou destruição do ecossistema, seja onde for, afeta igualmente a vida de todos(as) nós.

Organizados para, articuladamente, superarem estes e outros desafios, podem os municípios, numa perspectiva educativa e aberta a outros saberes e conhecimentos, compreender mais e melhor como e em que esta ação coletiva poderá melhorar a vida dos seus munícipes. Daí a importância da Educação, em diálogo com todas as ciências e com todas as artes, e da contemporânea exigência da *Rede Município que Educa*, que contribuirá para a efetividade da educação intertranscultural³ e para a concretização de atividades intertransdisciplinares no município, envolvendo, por exemplo, a Antropologia, a Geografia, a Sociologia, a Economia, a Política, o Direito, a Psicologia, a Física, a Biologia, a Música, as Artes Plásticas e as Cênicas, entre outras ciências e artes, como fundamento de uma ação articulada e integrada no município que, assim, passa a ser melhor conhecido no seu desenvolvimento local-global. Desta forma, viabilizamos o autoconhecimento do município na sua relação com o planeta.

Ao nos organizarmos em rede para, juntos, acompanharmos e coborarmos com a transformação dos espaços públicos e da própria gestão pública do município num desafio participativo e democrático, considerando a legislação vigente, o seu plano diretor, seus planos setoriais, suas múltiplas instâncias organizativas e as suas experiências administrativas, financeiras, culturais, ambientais, jurídicas, econômicas e educacionais, entre outras, criaremos as condições concretas para sairmos do “piloto automático”. Superaremos a dimensão utilitarista, centralizadora, paternalista e burocrática, na qual muitas vezes nos vemos envolvidos, e encontraremos saídas mais conjuntas para problemas da coletividade, potencializando os espaços educativos da municipalidade em todas as suas dimensões.

A *Rede Município que Educa* segue os passos e, de alguns ângulos, sem negá-las, procura aprofundar e ampliar experiências como Cidade Educadora, Municípios Educadores Sustentáveis, Mercocidades e a proposta da construção de Sociedades Sustentáveis, como veremos a seguir.

3. A este respeito, ver o último movimento do livro *Educar em todos os cantos: reflexões e canções por uma educação intertranscultural* (PADILHA, 2007).

Origem e fundamentos para a criação da Rede Município que Educa

Dependendo da complexidade e do tamanho do desafio, também complexas serão as decisões e o alcance da *Rede Município que Educa* em determinadas localidades. Para que ela aconteça, deve existir vontade política das pessoas e instituições da sociedade civil e do Estado, no sentido de assumirem alguns compromissos éticos, políticos, administrativos, orçamentários e educacionais, que estejam comprometidos com os princípios e valores já citados, mas que têm origem numa longa trajetória de lutas.



Fazer parte desta Rede implica engajar-se na busca do sonho do bem-viver, presente na ideia da sustentabilidade. Aderindo a ela, o município se compromete com a prática da pedagogia da sustentabilidade, com os esforços de educar para viver de forma sustentável, pela qual a comunidade e o conjunto da municipalidade busca a harmonia consigo mesmo, com os outros e com o meio ambiente.

O *Município que Educa* é bonito, respeitoso das "diferentes diferenças" e das "múltiplas semelhanças", sabe escutar e seus dirigentes dialogam com o povo. Nele, busca-se trabalhar com a diversidade, que é prazerosa porque nasce da curiosidade individual e coletiva e nos permite ler o mundo permanentemente, com o que o nosso olhar e a nossa visão de mundo e de natureza humana também muda.

Como nos lembra o professor Carlos Rodrigues Brandão – que também participou do lançamento da *Rede Município que Educa* no contexto do FME e do FSM 2009 em Belém, Pará –, além de trabalhar na busca do aumento dos índices do Produto Interno Bruto (PIB) de sua população, o *Município que Educa* deseja e intensamente se esforça para melhorar também a "Felicidade Interna Bruta" (FIB) das pessoas que vivem e convivem na municipalidade. Enfim, trata-se de ressignificar o papel das escolas, de trabalhar com a interconectividade e a intersectorialidade entre todas as dimensões, instâncias, níveis e modalidades educacionais presentes no município, para que todos os seus espaços, além de ensinantes, passem a ser também aprendentes. Por isso mesmo, perguntamo-nos insistentemente se, no *Município que*

Educa, os alunos aprendem, se o direito do aluno aprender corresponde ao direito do professor ensinar e se as condições para que tal processo aconteça estão ou serão efetivamente dadas e oferecidas? Levamos realmente em conta as diferentes diversidades pluriétnicas e pluriculturais quando criamos programas e projetos para o município?

Estes fundamentos mostram-nos que não é possível fazer política educacional e política pública em geral sem que o município acredite e invista politicamente nessa direção. Eles orientam para a realização de uma gestão pública municipal que inclua as múltiplas diversidades existentes nas comunidades e na sociedade no currículo das unidades educacionais formais, nas práticas educativas dos movimentos populares e sociais, na qualidade social dos serviços prestados à população em todas as áreas dos serviços públicos e do atendimento às comunidades locais e não locais; por conseguinte, influenciam na criação de uma espécie de "currículo do próprio município". Nessa direção, tais princípios alcançarão e se farão presentes no planejamento estratégico da gestão pública municipal, que, então, assumirá uma nova arquitetura.

Estamos considerando a *Rede Município que Educa* como espaço de articulação e de intercâmbio de experiências, que poderá viabilizar o enfrentamento de desafios para questões estruturais da gestão pública municipal, favorecendo o desenvolvimento local e superando a realidade que temos diante de nós, que muitas vezes é injusta. Mas, as mudanças ocorrerão processualmente, na medida em que a Rede vai se fortalecendo e criando ramificações nacionais e internacionais de apoio mútuo, de cooperação solidária, o que demanda tempo, formação continuada dos participantes e consciência da conectividade existente entre várias instâncias sociais e políticas da municipalidade, visando ao bem comum. E sua própria fundamentação e prática, que ora apresentamos, vai, como um verdadeiro sistema *auto-poiético*, transformando-se, criando novas ramificações, auto-organizando-se, sem perder os seus fundamentos.

Município que Educa é, em síntese, uma Rede de pessoas e de instituições que se inscrevem como cidadãs que

são. Nesse sentido, toda pessoa e toda instituição municipal poderá inscrever o seu município nessa Rede, influenciando, de diversas direções e dimensões, o empoderamento local.

Importante frisar que esta Rede dá continuidade a esforços históricos e vem se somar a outras iniciativas que procuram fortalecer o desenvolvimento local e planetário. Daí resultar da ação articulada no município, em conexão com programas, projetos e ações intermunicipais, interestaduais, nacionais e internacionais.

Inúmeros estudos, propostas e iniciativas já acontecem no Brasil e em diversos países, que, em larga medida, influenciam a *Rede Município que Educa* e nos oferecem o arcabouço teórico e político dos fundamentos, dos princípios e valores acima citados. Apenas para citá-las brevemente, podemos dizer que esta nova rede traz consigo o acúmulo de experiências: das articulações da Educação Popular desde os anos sessenta do século 20; dos movimentos sociais na América Latina em reação às ditaduras militares da década de setenta; da Escola Pública Popular que Paulo Freire inaugurou em São Paulo no final da década de oitenta; da Escola Cidadã e do *Movimento da Educação Cidadã* que nasceu também no final da década de oitenta e se fortaleceu até os dias atuais.

Enquanto estudos, vale destacar quatro obras referenciais que nos ajudam a fundamentar teoricamente a constituição da *Rede Município que Educa*. A primeira delas é o livro intitulado *Introdução ao Planejamento Municipal*, de Ladislau Dowbor (1987), onde se discute a descentralização política e a necessidade do fortalecimento dos municípios com base numa experiência de planejamento educacional bem sucedida, segundo o autor.

O segundo trabalho referencial no qual nos apoiamos é o livro *Escola Cidadã: uma aula sobre autonomia da escola* (1992), de Moacir Gadotti, no qual o autor estabelece as bases do que seria este movimento educacional e busca superar a dicotomia escola-comunidade. Este trabalho resulta também dos fecundos diálogos do autor com o professor José Eustáquio Romão, entre outros, que, com ele, sistematizaram os princípios e diretrizes da "Escola Cidadã".

Um terceiro livro fundamental que utilizamos foi *Educação na cidade* (1993), escrito por Paulo Freire em 1991, que reflete a sua experiência, e a de Mário Sérgio Cortella, à frente da gestão da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo no período de 1989 a 1992. Como grande contribuição, esta publicação apresenta-nos um verdadeiro referencial curricular para a gestão pública educacional, cuja metodologia participativa e inovadora, então utilizada, serviu de referência para inúmeras outras experiências da Escola Pública Popular e da Escola Cidadã, que se multiplicaram pelo país a partir de então¹.

A quarta obra que tomamos como referência para a proposta da *Rede Município que Educa* foi o livro organizado por Moacir Gadotti e José Eustáquio Romão (1993), intitulado *Município e Educação*, que procura contribuir com a organização da reflexão e instrumentalização sobre/da educação básica no âmbito municipal. Dirigido a gestores de sistemas municipais de educação, mas também a todos os demais educadores e profissionais vinculados à gestão pública educacional, este livro foi resultado de uma parceria entre o Instituto de Desenvolvimento da Educação (IDEM), criado em 1991 – uma espécie de "braço técnico" da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (Undime), com o Instituto Paulo Freire, organização não governamental também fundada naquele ano. Este livro muito contribuiu para que diferentes municípios do país pudessem melhor organizar a estrutura e funcionamento dos seus órgãos de educação, bem como os seus Sistemas e Conselhos Municipais de Educação, na perspectiva da gestão democrática do Sistema e da sua melhor gestão orçamentária e financeira.

O *Movimento da Escola Cidadã* é referência para a criação da *Rede Município que Educa*, que merece destaque. Trata-se de um movimento que desenvolveu novas possibilidades educacionais a partir da experiência da Escola Pública Popular. A Escola Cidadã se consolidou a partir do final da década de oitenta do século 20 e se caracteriza por visar à

1. A este respeito, ver o livro de Moacir Gadotti (2000b), *Perspectivas atuais da educação*.

formação para o exercício da cidadania ativa. Trabalha com a aproximação da escola formal com a educação não formal e com a participação das comunidades, e se caracterizou, mesmo referida às escolas do ensino formal, por ser uma "escola de comunidade, de companheirismo, que vive a experiência tensa da democracia", nas palavras de Paulo Freire (apud PADILHA, 2001, segunda orelha).

A partir do ano de 2001, o Instituto Paulo Freire (IPF), instituição não governamental fundada em 1991 para dar continuidade ao legado de Paulo Freire, tem promovido e organizado os encontros da Escola Cidadã, dentro do FME. O IPF, então, realizou e coordenou, em 26/10/2001, no contexto do FME, em Porto Alegre, o *I Encontro Nacional das Escolas Cidadãs* (I Enec) – um encontro que visou a fortalecer o *Movimento da Escola Cidadã* como ação propositiva de gestão de política pública educacional, que fosse ao mesmo tempo alternativa à proposta de educação neoliberal e tivesse por referência os princípios da Escola Cidadã².

Dentre os objetivos do I Enec enfatizamos o de discutir uma reconversão cultural frente à cultura neoliberal da mercoescola³, discutir a identidade e o sentido sociocultural, político e pedagógico da Escola Cidadã. Para tanto, foram convidadas a participar deste Encontro várias práticas e experiências das "Escolas Cidadãs" pelo Brasil⁴. Todas as práticas citadas fazem parte do *Movimento da Escola Cidadã* que, no seu conjunto, apresenta as características marcantes de um fazer em processo.

2. Ver *Jornal do Fórum Mundial de Educação* (2001).

3. A *mercoescola*, segundo José Clóvis de Azevedo, procura "organizar-se dentro da lógica empresarial voltada às necessidades de mercado [...] onde o currículo é visto como uma estratégia para integrar as novas gerações às demandas do mercado" (1995, p. 30).

4. Participaram do I Encontro Nacional das Escolas Cidadãs, em 26 de outubro de 2001, os seguintes Municípios: Campinas-SP, Bagé-RS, Constantina-RS, Barão de Cotegipe-RS, Goiânia-GO, Cachoeirinha-RS, Porto Alegre-RS, Blumenau-SC, Medianeira-PR, Cachoeiro de Itapemirim-ES, Dionísio Cerqueira-RS, Ipatinga-MG, Coelho Neto-MA, Anchieta-RS, Uberaba-MG, Marabá-PA, Osasco-SP, Chapecó-RS, Belo-Horizonte-MG. Foram apresentados também relatos de experiências individuais, incluindo pesquisas acadêmicas que vêm sendo realizadas.

No ano seguinte, continuando aquele movimento, realizou-se o *I Encontro Internacional das Escolas Cidadãs* (I Einec), realizado durante o 2º FSM em Porto Alegre-RS, no período de 31 de janeiro a 05 de fevereiro de 2002, que contou com uma mesa formada por educadores com uma ampla vivência relacionada à experiência da Escola Cidadã, a quem coube analisar os relatos dos vários municípios que apresentaram as suas experiências. O objetivo desse encontro, proposto e coordenado pelo IPF, foi reunir e organizar experiências nacionais e internacionais da Escola Cidadã⁵.

Outra iniciativa também importante na proposta de construção da *Rede Município que Educa* é a experiência das "*Cidades Educadoras*" (GADOTTI; PADILHA; CABEZUDO, 2004; TOLEDO; FLORES; CANZATTI, 2004), surgida em Barcelona em 1990. Ela congrega cidades cujos governos se vinculam à Associação Internacional das Cidades Educadoras (Aice) e que, a partir da iniciativa e da adesão de seus governantes, passam a se orientar pelos princípios da Carta das Cidades Educadoras⁶.

Além disso, temos a experiência do *Programa Municípios*

5. Contou-se, em sua organização, com um comitê executivo constituído ao final do I Enec, no mês de outubro de 2001, formado por representantes de organizações governamentais e não governamentais dos seguintes municípios: Alvorada-RS, Goiânia-GO, Belo Horizonte-MG, Caxias do Sul-RS, Ipatinga-MG, São Paulo-SP, Erechim-RS, Blumenau-SC, Rio de Janeiro-RJ, Alegrete-RS, Porto Alegre-RS, Juiz de Fora-MG, Uberaba-MG. O I Einec contou, ainda, com a participação dos professores José Clóvis de Azevedo (Porto Alegre-RS), Elvira de Souza Lima (São Paulo-SP) e Azril Bacal (Suécia), que foram ao mesmo tempo relatores e debatedores dos trabalhos apresentados durante o Encontro. Foram selecionadas experiências educacionais dos municípios de Caxias do Sul-RS, Erechim-RS; Ipatinga-MG, Colatina-ES, Goiânia-GO, Alvorada-RS, São Paulo-SP, Osasco-SP. Participaram também da abertura dos trabalhos daquele Encontro os professores Ângela Antunes, Moacir Gadotti, Paulo Roberto Padilha e Salette Valesan Camba, pelo IPF-SP, Eliezer Pacheco (então secretário de Educação de Porto Alegre-RS), José Clóvis de Azevedo (ex-secretário de Educação de Porto Alegre-RS e, na época, reitor da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UFRGS) e também a professora Marilândia Frazão, representando o secretário de Educação de São Paulo-SP, na ocasião, professor Fernando José de Almeida. A professora Elvira Souza Lima, além de participar como debatedora e relatora dos trabalhos, foi também a responsável pela palestra de abertura do I EINEC, cujo tema geral foi "O currículo na perspectiva da Escola Cidadã". Maiores informações sobre estes encontros são encontrados no livro *Currículo Intertranscultural: novos itinerários para a educação* (PADILHA, 2004, p. 58-85).

6. Mais informações: <http://www.bcn.es/edcities/aice/estatiqes/espanyol/sec_iaec.html>

Educadores Sustentáveis, do Ministério do Meio Ambiente (MMA), proposto pela então ministra Marina Silva, com o objetivo de

[...] formar educadores ambientais para discutir os problemas de sua região, estimular e apoiar espaços coletivos dos municípios como espaços educadores, que formem cidadãos e cidadãos para a construção cotidiana da sustentabilidade e para a participação na gestão pública, promover ações que propiciem continuamente a Educação dos indivíduos para atuarem/se autoeducarem e contribuir para a educação de outros, na construção de sociedades sustentáveis, estimular e apoiar em cada município a organização das instituições locais e a realização de parcerias para a construção de projetos educativos que conduzam à sustentabilidade, bem como criar indicadores regionais e sistemas de avaliação que permitam o monitoramento dos municípios e a obtenção do "Título Município Educador Sustentável".

Outra referência bem atual é a iniciativa chamada *Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis*, que deu origem a uma coletânea de publicações como

[...] mais uma contribuição brasileira idealizada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e pela Unesco, cujo intuito é estimular práticas e reflexões no campo da educação ambiental, no contexto da Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014). Educação, Desenvolvimento e Sustentabilidade são três prioridades vitais para o pleno viver de uma sociedade sustentável com prudência ecológica, justiça social, diversidade cultural e viabilidade econômica; e encontram-se integradas em uma dimensão articulada e orgânica no contexto da Década. (BRASIL, 2007, p. 20)

Influencia também a *Rede Município que Educa o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global*, criado desde a *Conferência Mundial Eco-92* e que continua sendo discutido, atualizado

7. Vide: <<http://www.mma.gov.br>>. Ver também a publicação assinada por Carlos Rodrigues Brandão (2005). Consultar também: <<http://www.brasilia.unesco.org/publicacoes/livros/eduambiental>>.

e aprimorado como resultado do esforço conjunto de vários países, como aconteceu no FME e FSM, em Belém, Pará, de 26/01 a 02/02/2009, quando da realização da *2ª Jornada Internacional de Educação Ambiental*, por iniciativa de diferentes organizações governamentais, não governamentais e de diversos parceiros nacionais e internacionais⁸.

Mesmo que não tenhamos tido maiores aproximações com a experiência das "*Mercocidades*", vale a pena citá-la, pois é uma rede constituída com prefeitos, alcaides e intendentess municipais dos grandes centros urbanos que participam do Mercosul, desde 1995, cuja tarefa é incentivar o fortalecimento das administrações locais, como contrapartida lógica e natural da globalização – conforme definição que encontramos no site da rede⁹.

Outra fonte importante para a criação da *Rede Município que Educa* é

[...] a ideia da *educação para o desenvolvimento local*, que está diretamente vinculada à necessidade de se formar pessoas que amanhã possam participar de forma ativa das iniciativas capazes de transformar o seu entorno, de gerar dinâmicas construtivas [...] Para termos cidadania ativa, temos de ter uma cidadania informada. Isto começa cedo. A Educação não deve servir apenas como trampolim para uma pessoa escapar da sua região: deve dar-lhe os conhecimentos necessários para ajudar a transformá-la. (Dowbor, 2006, p. 1-2).

Exercitaremos a transversalidade de todas as áreas e formas de atendimento às demandas da população local, fortalecendo o município enquanto instância fundamental do conjunto de "sociedades sustentáveis" e realizando esforços no sentido da democratização da própria democracia, mas através de processos educacionais. Diríamos, uma meta-democracia, com base na potencialização das forças educativas das comunidades e das sociedades.

8. Vide: <<http://www.tratadodeeducacaoambiental.net>>.

9. Vide: <<http://www.mercocidades.org>>.

Como vimos, a *Rede Município que Educa* se constitui numa rede de municípios, de alcance nacional e internacional, que se organiza para trabalhar a partir de princípios comuns e com intercâmbio permanente de experiências, de gestões compartilhadas, cooperativas, procurando aproveitar iniciativas exitosas em torno das redes nacionais e internacionais de organizações da sociedade civil global, justamente para superar o isolamento hoje existente entre pequenos, médios e grandes municípios de um mesmo Estado, país, e entre diferentes países que, muitas vezes, dão atenção demasiada ao localismo, chegando mesmo ao isolamento – tudo o que aqui não desejamos. A este respeito, Elenaudo Teixeira nos fala dessas organizações

[...] em torno de temas comuns – questão urbana, meio ambiente, gênero, desenvolvimento local, cooperação, cidadania, segurança alimentar, monitoramento do sistema financeiro, entre outros – fortalecendo-se com a troca de experiências, informações e, em alguns casos, ações conjuntas. Para isso, tem contribuído bastante a utilização das novas tecnologias de comunicação, que se intensificaram a partir da ECO-92, com base em organizações especializadas como a Ngonet e a Associação para o Progresso da Comunicação (APC). (TEIXEIRA, 2001, p. 72).

Trata-se de trabalhar em cooperação, colaboração solidária, ao invés de operar de forma competitiva e excludente.

Ao cuidarmos de forma planejada e estratégica dos problemas da municipalidade, com ênfase à potencialização educativa de suas experiências, e ao estabelecermos como um dos princípios fundamentais que não se deve priorizar apenas as demandas urbanas, mas, também, as necessidades das áreas e populações rurais, das aldeias, dos núcleos populacionais territorialmente menores e mais afastados dos grandes centros urbanos, portanto, das regiões periféricas que, historicamente, não têm sido atendidas nas suas necessidades por conta de prioridades urbanas, centralizadoras e, muitas vezes, de caráter elitista, estaremos fortalecendo e contribuindo para a consolidação da *Rede Município que Educa*.

Quando se trata do atendimento das necessidades das populações empobrecidas, a separação das territorialidades municipais tem gerado grandes prejuízos para a vida nas regiões marginalizadas, periféricas, onde tudo falta. É isso o que a *Rede Município que Educa* se propõe enfrentar, contribuindo para que todos os municípios possam trabalhar de forma integrada, colaborativa, cooperativa, fortalecendo as localidades municipais e as suas populações. E, para isso, todos os espaços do município serão transformados em espaços educativos.

Já nos referimos à autogestão como principal metodologia da gestão da *Rede Município que Educa*. Além disso, e nessa mesma perspectiva, criar-se-ão instâncias de participação e decisão direta relacionadas aos desafios encontrados no município, ao mesmo tempo em que são mantidas e consolidadas as estruturas democráticas municipais que já atuam no atendimento e no oferecimento dos serviços públicos. A *diferença* será a organização do município com base numa metodologia participativa e ativa, que cria espaços presenciais e virtuais para o exercício da *democracia direta, combinada com gestões de democracia representativa*, portanto indireta.

As relações humanas, pessoais e interpessoais, as relações institucionais e interinstitucionais, governamentais e não governamentais, ambientais, ecológicas, culturais, políticas, econômicas, éticas e educacionais, formam a *base política e metodológica* dessa Rede, que pretende criar espaços de encontros presenciais e virtuais para que diferentes experiências municipais possam se articular e se fortalecer reciprocamente.

O diálogo presencial e virtual, organizado e sistêmico, é fundamento dessas relações. Metodologia que incentiva o mapeamento de tudo o que acontece na municipalidade e em sua *territorialidade*, considerando as suas temporalidades, a sua cultura local, as suas potencialidades e dificuldades. É uma Rede crítica e criativa, caótica e caórdica, no sentido complexo e propositivo destas palavras, que incorpora, valoriza e permite o intercâmbio de conhecimentos e saberes acumulados pela sociedade civil, pelo Estado e pelo mercado.

A *Rede Município que Educa* incentiva a utilização de ferramentas e tecnologias livres, não-proprietárias, com exceção nos casos em que aquelas ainda não atendem demandas específicas e pontuais em termos tecnológicos. Mas, em todas as situações, é politicamente comprometida com a Educação Cidadã no âmbito local/municipal e com a Cidadania Planetária. Defende a transformação social e, enquanto processo dialógico e intertranscultural, não admite qualquer tipo de preconceito, sectarismo ou fundamentalismo.

Para a concretização desta Rede, faremos uso de processos de educação presencial e virtual, incentivando o reconhecimento das municipalidades participantes da mesma, e a constituição de um banco de dados acessível a todos, de forma a enriquecer o intercâmbio de experiências entre os municípios, em nível nacional e internacional, em diferentes áreas temáticas de ação, de participação, relacionadas às políticas públicas de desenvolvimento local. Há que fortalecer a gestão compartilhada e democrática das políticas municipais e, para isso, a rede se auto-organizará, com o objetivo de ler o mundo, refletir as práticas, definir prioridades estratégicas municipais no movimento ação-reflexão-ação e, ainda, fortalecer mútua e colaborativamente os intercâmbios interseoriais, intersecretariais e intermunicipais. Tudo em função de melhorar a "política de Estado" praticada no município, avaliar e acompanhar as gestões públicas, com elas contribuir e potencializar o reconhecimento e a criação de novos espaços e tempos educacionais em toda a municipalidade, que, como dissemos antes, não é nem deve ser responsabilidade exclusiva dos gestores da educação municipal.

Como participar desta Rede?

Organizaremos as nossas articulações municipais em rede em torno de princípios comuns e de ações que respeitem as diversidades e as prioridades do desenvolvimento local de cada município.



Para participar desta Rede, que tem origem na base da sociedade em permanente diálogo com os responsáveis pela gestão pública municipal, as pessoas e as instituições que se localizam nos seus respectivos municípios deverão se inscrever na *Rede Município que Educa*, manifestando a sua concordância com os princípios e valores da mesma, optando pelo nível de participação que pretende ter a curto, médio e longo prazo e, principalmente, assumindo compromissos no sentido de envidar esforços, em termos do desenvolvimento local, que levem em conta a participação comunitária, a gestão compartilhada, a criação de núcleos de planejamento em rede, de comitês de trabalho permanente, a definição e criação de movimentos sociais e políticos no município que busquem o ordenamento dos seus programas e projetos "de forma a permitir uma análise de como está avançando o conjunto das iniciativas de desenvolvimento" (DOWBOR, 1987, p. 81).

O Instituto Paulo Freire, enquanto instituição proponente desta integração permanente, hospedará, na Rede Social *Universitas Paulo Freire* (Unifreire)¹, a *Rede Município que Educa*, ficando responsável por cuidar dos espaços de comunicação virtual, disponibilizando as ferramentas necessárias, em termos tecnológicos e comunicacionais, que viabilizarão a criação, pelos próprios municípios, de diferentes espaços e comunidades dentro da Rede.

Haverá uma equipe responsável por incentivar a alimentação da Rede, bem como de administrá-la de forma eficaz e transparente, coordenando as inter-relações institucionais e pessoais para o fortalecimento das ações conjuntas previstas.

1. Contatos da Unifreire: <<http://www.unifreire.org>>. E-mail: secretaria@unifreire.org.

Será possível, por exemplo, que as pessoas e as instituições municipais inscrevam-se nessa Rede, incentivando a autogestão desses novos espaços, que ficará sob a responsabilidade de uma equipe de trabalho, em âmbito municipal, a ser constituída no momento mesmo do cadastramento da primeira pessoa ou instituição do município na Rede. Nesse sentido, como rede social, não haverá qualquer tipo de hierarquia no *link* do próprio município, mas poderá haver, nesse espaço virtual, diferentes campos e espaços, comunidades, grupos de trabalho, tipos de experiências, relacionando, por temáticas e por eixos distintos as experiências de desenvolvimento local da mesma municipalidade.

Poder-se-á constituir um grupo plural e democrático de coordenação da participação do município na rede, articulando e sendo os cogestores do município na *Rede Município que Educa*, espaço este que "pertence" ao município.

O que se quer garantir é a participação do município na Rede a partir do interesse de todo cidadão, cidadã ou instituição governamental ou não governamental. Este espaço dentro da Rede é, em si mesmo, um espaço para as articulações setoriais, intersetoriais, intersecretariais e intermunicipais, além de outros níveis e âmbitos de gestão da política pública, e de outros intercâmbios de experiências em nível nacional e internacional.

Constituir-se-ão, no processo, outros canais de organização e de articulação dos membros da Rede. O fundamental será que pessoas e instituições do município possam postar e contar as suas experiências, dialogar com outras pessoas de sua e de outras municipalidades, participar de *chats* permanentes de discussões, integrar, coordenar e até mesmo constituir módulos temáticos dentro da Rede, como forma de inaugurar novos espaços e tempos de articulações e, ainda, colaborar com a constituição e alimentação de um banco de dados permanente, fazendo parte ativa das iniciativas de "animar" a Rede, de provocar todos os seus participantes a aprofundarem os seus níveis de participação, inclusive, dos encontros presenciais periódicos, que serão organizados para que haja também um nível ainda mais orgânico das integrações aqui pretendidas.

Pode haver, ainda, ações articuladas que organizem sistematicamente a criação de coordenações locais e comitês temáticos locais, para o fortalecimento local da *Rede Município que Educa*, observando os princípios da gestão e do planejamento público, bem como resgatando a experiência do município em relação à existência de diferentes planos de gestão administrativa (PGA), plano plurianual (PPA), Planos Municipais de Educação, de Saúde, de Transporte, entre outros – enfim, relacionados ao Plano Diretor do Município e ao conjunto da legislação que rege a vida municipal –, como a Lei Orgânica do Município, além da legislação estadual e nacional, partindo da Constituição Federal.

A estrutura desta Rede, nos termos acima anunciados, será "*autopoiética*", sofrendo os ajustes necessários de acordo com o seu próprio crescimento e as demandas específicas de seus integrantes, mas contará com os seguintes grupos coordenadores:

- a) *administração da rede e tecnologias* – que administrará permanentemente a Rede, inclusive, em suas dimensões técnicas, de suporte e de gestão tecnológica e comunicacional;
- b) *articulações e animação da Rede* – um grupo coordenador, na dimensão das articulações, das animações, da atualização do banco de dados e dos seus conteúdos, também responsável pela realização dos encontros presenciais e, principalmente, virtuais;
- c) *temáticos* – coordenações temáticas de acordo com as demandas dos participantes e dos próprios municípios.
- d) *comunicação* – responsável pelo desenvolvimento institucional da própria Rede, pela socialização de metodologias e de conteúdos e pela visibilidade da mesma em termos nacionais e internacionais.

No que se refere ao planejamento municipal, podemos ter como referência, por exemplo, a classificação elaborada por Ladislau Dowbor (1987), das bases de uma gestão pública municipal voltada para o desenvolvimento. Teríamos: as bases produtivas (agricultura e indústria), os serviços de intermediação (comércio, intermediação financeira), a infraestrutura física (transportes, telecomunicações, energia, água), infraestruturas sociais (educação, saúde, habitação, turismo,

informação e cultura, segurança, trabalho) e administração e desenvolvimento (planejamento, finanças, administração pública). Esta organização, devidamente atualizada e contextualizada conforme as demandas de cada município, pode servir de referência para uma articulação de todas estas ações relacionadas aos processos educativos da população e das próprias instituições governamentais e não governamentais do município, para viabilizar o planejamento, a execução das políticas públicas, o seu acompanhamento e avaliação, por representantes da sociedade civil, do Estado e do mercado; criam-se novas condições para contribuir com o êxito da gestão da política pública municipal.

A *Rede Município que Educa* acompanhará os processos de potencialização e fortalecimento da dimensão educacional das diferentes esferas e ações propostas, planejadas e desenvolvidas na municipalidade, com o acompanhamento de núcleos setoriais e intersetoriais de gestão pública, envolvendo representantes da sociedade civil, do Estado e do mercado, sempre articulando tais ações às suas potencialidades educativas. Desta forma, garantiremos o fortalecimento processual e permanente destas aprendizagens coletivas gestonárias, em redes, buscando contribuir crítica e propositivamente nesse processo. Enquanto Fórum permanente, esta Rede poderá gerar, inclusive, condições concretas para que aconteçam encontros presenciais, onde as experiências acumuladas, os desafios, as dificuldades e os êxitos alcançados serão pauta fundamental dos mesmos. Com isso, serão dados passos importantes para uma avaliação também processual dos planos e dos projetos de ação do Estado, melhorando tanto o atendimento dos serviços públicos da população quanto o próprio regime de colaboração entre município, Estado e governo federal. Tais ações favorecerão, num crescendo, a própria ação articulada entre Estado, sociedade civil e mercado², desde que trabalhadas de

2. Sobre esta relação, a ser necessariamente estudada e aprofundada entre os próprios sujeitos participantes do movimento da *Rede Município que Educa*, há uma farta bibliografia de autores, como Dowbor, Torres, Freire, Brandão, Gadotti, Antunes, Mafra, Pini, Romão, Teixeira, Dellors, Singer, Azevedo, entre outros.

maneira a realmente garantir o diálogo ético e responsável entre essas instâncias.

Esta Rede poderá contribuir para o melhor oferecimento de serviços públicos à população. E isso, com a qualidade de quem procura, sistematicamente, desnaturalizar muito do que, pela rotina e pragmatismo da vida moderna, acaba sendo encarado como natural, quando não é, como é o caso, por exemplo, da corrupção, da falta de transparência administrativa, das gestões fraudulentas, do desperdício dos recursos públicos e, completando este quadro, da permanência da injustiça social que, infelizmente, ainda hoje prevalece e se mostra de várias formas nas municipalidades onde vivemos.

Para exemplificarmos ainda mais, não é natural destruímos o planeta sem nada fazermos para superar essa destruição; não é natural a pobreza, a miséria; não é natural o analfabetismo, nem o preconceito, nem a violência, nem a impunidade. Não é natural a corrupção em qualquer instância e muito menos na gestão dos recursos públicos; não é natural a propina e o nepotismo; não é natural o "levar vantagem em tudo", nem tampouco a competição desenfreada, o "salve-se quem puder".

No campo da Educação, não é natural uma escola que não possibilite aprendizagens significativas para seus alunos e alunas, ou uma educação que conviva com a violência, com os maus-tratos dos alunos, com a violência escolar, de todos os tipos e entre todos os sujeitos, sem que se tomem atitudes urgentes. Por isso, neste particular, as discussões relacionadas à potencialização da dimensão educacional nos diversos planos, projetos e no município, podem ser organizadas a partir dos *eixos da Educação Cidadã e do Currículo Intertranscultural* (PADILHA, 2004, p. 314-316), quais sejam:

1. Relações humanas e de aprendizagem. É impossível nos relacionarmos em nível *local*, quaisquer que forem as instâncias, sem estabelecermos relações humanas diferenciadas. Estas, por sua vez, criam novos contextos e metacontextos relacionais, que permitem a definição de indicadores para que a relação humana se estabeleça com base

nos princípios da ecopedagogia, da sustentabilidade e da cultura da paz. Nesse sentido, todos os esforços reguladores dessa relação, que estabeleçam novos princípios de convivência, sempre valorativos, poderão ser incluídos. Ênfase especial deve ser dada ao resultado das novas relações em *redes virtuais*, hoje favorecidas pelo advento das novas tecnologias, que criam novas atitudes e tessituras relacionais e comunicativas que terão reflexos diretos sobre o currículo das unidades educacionais e das suas comunidades. E isso no que se refere às relações pessoais, interpessoais, grupais ou institucionais.

2. Gestão democrática e parcerias comunitárias e sociais. Envolve toda gestão da escola, mas, principalmente, a organização democrática efetivamente participativa. Aqui estarão registradas as diretrizes ressignificadas de todos os colegiados escolares e, principalmente, um referencial sobre a sua organização básica no estabelecimento de parcerias com a comunidade e com as demais instâncias da sociedade civil.

3. Gestão sociocultural das aprendizagens. Ela representa a ressignificação das aprendizagens na escola e a filtragem das informações para que estas possam se transformar em processos de (re)construção do conhecimento a partir da escola e da comunidade escolar. Representa, sobretudo, o aprofundamento das questões demandadas pelas unidades educacionais, para além das convencionalidades e dos limites até agora estabelecidos, seja no que se refere às relações humanas, seja no que se refere às diferentes e multidimensionais manifestações do conhecimento, do saber e dos aprenderes do ser humano. Nesse sentido, os conhecimentos são apenas mais uma dimensão do currículo de escola.

4. Avaliação dialógica continuada e formação humana. É assim denominada porque a avaliação é sempre permanente, processual, continuada, institucional, geral e específica. Sobretudo, combinada à formação permanente dos(as) professores(as) e dos demais segmentos da escola.

5. Projeto eco-político-pedagógico da escola. Trata-se da educação pensada enquanto princípios, diretrizes e propostas de ação numa dimensão poética, ética, estética, sensível, criativa, crítica, sustentável etc., científica, política etc.

Reiteramos que, além da referida organização curricular, estes indicadores, no contexto da *Rede Município que Educa*, podem servir de referenciais para as demais áreas da gestão pública municipal, até porque tampouco é natural a existência, no município, de comunidades indigentes, miseráveis, sem perspectiva de vida, sem atendimento digno à saúde, ao transporte, à cultura, à assistência social, ao esporte, ao lazer... os sem-terra, os sem-teto, os sem-trabalho, e, diríamos, as pessoas sem esperança e sem perspectiva de uma vida melhor, diante do sofrimento da vida cotidiana. As comunidades, as sociedades, as municipalidades terão nesta Rede espaços para reflexões, análises e para a busca de respostas conjuntas para a superação dos seus problemas e dos desafios da gestão pública municipal.

A *distinção* desta proposta de outras iniciativas, entre as quais as citadas anteriormente, que, inclusive, a influenciaram, é justamente a questão de que a gestão pública municipal se revestirá de um *caráter eminentemente educativo e democrático*, em todas as suas instâncias a partir da base da comunidade e da sociedade. Evidentemente, tudo o que hoje acontece no município tem a ver com o contexto planetário de crises sistêmicas do capitalismo, que prevalecem no mundo ocidental – crise econômica, crise ambiental, crise ética, crise energética, crise educacional etc. Por isso, o município é chamado a se organizar para enfrentar tais crises, combinando ações no plano local com o que acontece em outras partes do mundo. Queremos enfatizar: o *caráter mais inovador* da *Rede Município que Educa* será o fato de ela contribuir para que a gestão pública municipal possa ser, efetivamente, acompanhada de perto, em primeira instância, pelo conjunto da comunidade, em todas as suas dimensões espaciais, territoriais e temporais, de forma crítica e criativa, mas potencializando as aprendizagens dos cidadãos e das cidadãs sobre o que o seu município, em sua totalidade, pode fazer para melhorar a vida de todos.

Deve-se trabalhar fortemente na perspectiva de tornar educativos esses espaços, o acompanhamento público da aplicação dos recursos que são públicos e a superação da má gestão do orçamento municipal, quando este for o caso. Nesse sentido, a gestão pública dos municípios participantes desta Rede será ainda mais transparente, democrática, participativa e comprometida com o efetivo interesse pelo bem público.

O fortalecimento desta Rede, além dos benefícios já citados, deverá, ainda, criar identidades municipais entre as municipalidades que dela participam, posto que estes assumem responsabilidades com o seu povo, com a sua comunidade, demarcando posições políticas, éticas, econômicas, educacionais e culturais comprometidas com princípios e valores mudancistas, transformadoras, com gestões horizontais e abertas ao diálogo, como alternativa às gestões centralizadoras, burocráticas, autoritárias, geralmente pouco transparentes e, às vezes, até mesmo fraudulentas.

A *Rede Município que Educa* apresenta-se também como possibilidade da construção da cidadania de todas as pessoas, com base no desenvolvimento local das comunidades municipais, e conexão com movimentos de constituição também da cidadania planetária, evitando dicotomizar a ação cidadã e ativa. A população tem o direito de reconhecer e de avaliar a gestão municipal e a articulação entre Estado, sociedade civil e mercado, como já dissemos. E tem também o dever de acompanhar os compromissos assumidos pelos gestores públicos e a qualidade da participação dela própria, enquanto sociedade civil, observando se existem, do que está sendo realizado no município, intencionalidades relacionadas à sustentabilidade local e do planeta.

Como fazer tudo isso? Esta é a pergunta que não pode calar. Não há respostas simples para problemas complexos. Inicialmente, há a necessidade de se conhecer a verdadeira dimensão dos desafios dos municípios inscritos nesta Rede. Em seguida, levantar também as suas experiências exitosas, organizar ações, processos formativos em todas as instâncias municipais, relacionados ao conhecimento das propostas desta Rede e articular diferentes forças comunitárias,

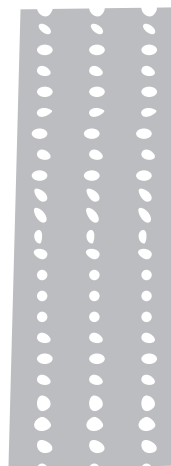
sociais, culturais e educacionais em torno dos desafios que, historicamente, têm sido deixados de lado... e construir um processo educativo permanente nesses municípios, virtual e presencial, do qual pessoas e instituições participem efetivamente e colaborem com a Educação que acontece "em todos os cantos", em todas as municipalidades.

Não é demais acentuar que neste processo educativo há que se compreender, com clareza, um conjunto de temáticas relacionadas às políticas públicas municipais que poderão ser objeto de uma organização "curricular" básica, que viabilize a participação no processo. Alguns eixos temáticos, que podem orientar um trabalho de formação e de organização das ações da *Rede Município que Educa*, a serem propostos e definidos com os próprios municípios, entre outros, são: "Avaliação das Políticas Públicas", "Canais de Participação no Poder Local", "Controle e Acompanhamento Social do Poder Público", "Cultura da Infância e Protagonismo Infanto-Juvenil", "Currículo e Educação Intertranscultural", "Currículo Intertransdisciplinar", "Desenvolvimento Rurbano", "Desenvolvimento Local e Global", "Direitos Humanos e Educação", "Direitos Humanos e Juventude", "Diversidades Culturais, Raciais, Étnicas, Geracionais, Sexuais e de Gênero", "Economia Solidária", "Educação Cidadã e Cidadania Planetária", "Educação de Adultos", "Educação Integral", "Educação Popular Comunitária", "Educação e Sustentabilidade", "Gestão Compartilhada de Redes Populares", "Gestão Pública Municipal", "Gestão de Redes Sociais", "Inclusão", "Mídias e Novas Tecnologias", "Nova Arquitetura da Gestão Pública", "Orçamento Participativo", "Orçamento Participativo Criança", "Parcerias Setoriais e Intersecretariais na Gestão Municipal", "Participação Comunitária e Gestão Compartilhada", "Planejamento e Avaliação das Políticas Públicas Municipais", "Plano de Desenvolvimento Estratégico", "Políticas Públicas Municipais", "Relações entre Estado, Sociedade Civil e Mercado", "Urbanismo e Revitalização do Município".

Para melhor cuidarmos da casa em que moramos, da escola na qual trabalhamos, da comunidade em que nascemos ou na qual vivemos e que ajudamos a construir, organizamos a *Rede Município que Educa*. Ela nos

fortalecerá no alcance do nosso sonho comum de um presente e de um futuro sustentável para os nossos filhos, para as nossas filhas, netos e netas, alunos e alunas. Enfim, das atuais e futuras gerações.

Referências



ANTUNES, Ângela. *Aceita um conselho? Como organizar o Colegiado Escolar*. São Paulo: Cortez/IPF, 2002.

_____. *Leitura do mundo no contexto da planetarização: por uma pedagogia da sustentabilidade*. 2002. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

AZEVEDO, José Clóvis de. Educação e neoliberalismo. *Paixão de aprender*: Revista da Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre, Porto Alegre, n. 9, p. 26-39, dez. 1995.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A educação como cultura*. Campinas: Mercado das Letras, 2002.

_____. *Aqui é onde eu moro, aqui nós vivemos: escritos para conhecer, pensar e praticar o Município Educador Sustentável*. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente. Programa Nacional de Educação Ambiental, 2005.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Educação ambiental para sociedades sustentáveis: uma coletânea para pensar e agir*. Brasília, DF: Unesco, 2007. 3 v. Disponível em: <<http://www.brasilia.unesco.org/publicacoes/livros/eduambiental>>. Acesso em: 07 abr. 2009.

BRAVO, Ismael. *Gestão educacional no contexto da territorialização*. Campinas: Alínea, 2007.

DELORS, Jacques (Org.). *Educação: um tesouro a descobrir*. 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC/Unesco, 1999.

DOWBOR, Ladislau. *Educação e desenvolvimento local*. São Paulo, 03 abr. 2006. Disponível em: <<http://www.dowbor.org.br>>. Acesso em: 23 jan. 2009.

_____. *O mosaico partido: a economia além das equações*. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. *Introdução ao planejamento municipal*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

FLEURI, Reinaldo Matias (Org.). *Intercultura e movimentos sociais*. Florianópolis: Mover/NUP, 1998.

FREIRE, Paulo. *À sombra desta mangueira*. São Paulo: Olho D'Água, 1995.

_____. *Educação na cidade*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GADOTTI, Moacir. *Economia solidária como práxis pedagógica*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

_____. *Educar para um outro mundo possível*. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

_____. *Escola cidadã: uma aula sobre a autonomia da escola*. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. *Os mestres de Rousseau*. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. *Pedagogia da Terra*. São Paulo: Petrópolis, 2000a.

_____. *Perspectivas atuais da educação*. Porto Alegre: Artmed, 2000b.

_____; PADILHA, Paulo Roberto; CABEZUDO, Alicia (Org.). *Cidade Educadora: princípios e experiências*. São Paulo: Cortez/IPF, 2004.

_____; ROMÃO, José Eustáquio (Org.). *Autonomia da escola: princípios e propostas*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

_____; _____. *Município e Educação*. São Paulo: Cortez/IPF; Brasília, DF: Instituto de Desenvolvimento de Educação Municipal, 1993.

HOLLOWAY, John. *Mudar o mundo sem tomar o poder*. Tradução Emir Sader. São Paulo: Viramundo, 2003.

JORNAL DO FÓRUM MUNDIAL DE EDUCAÇÃO. Porto Alegre, 24 a 27 out. 2001. Disponível em: <<http://www.forummundialeduacao.org>>. Acesso em: 07 abr. 2009.

LIMA, Licínio C. *Organização escolar e democracia radical: Paulo Freire e a governação democrática da escola pública*. São Paulo: Cortez, 2000.

MAFRA, Jason Ferreira. *A conectividade radical como princípio e prática da educação em Paulo Freire*. 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

NICOLESCU, Basarab. *Educação e transdisciplinaridade*. Brasília, DF: Unesco, 2000.

OROFINO, Maria Isabel. *Mídias e educação escolar: pedagogia dos meios, participação e visibilidade*. São Paulo: Cortez/IPF, 2005.

PADILHA, Paulo Roberto. *Currículo Intertranscultural: novos itinerários para a educação*. São Paulo: Cortez/IPF, 2004.

_____. *Educar em todos os cantos: reflexões e canções por uma educação intertranscultural*. São Paulo: Cortez/IPF, 2007.

_____. *Planejamento dialógico: como elaborar o projeto político-pedagógico da escola*. São Paulo: Cortez/IPF, 2001.

PINI, Francisca Rodrigues de Oliveira. *Fóruns DCA: fios que tecem o movimento da infância e da adolescência na construção de caminhos para a democracia participativa*. 2006. Tese (Doutorado) – Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *O Fórum Social Mundial: manual de uso*. São Paulo: Cortez, 2005.

STOER, Stephen R.; CORTESÃO, Luiza; CORREIA, José A. (Org.). *Levantando a pedra: da pedagogia inter/multicultural às políticas educativas numa época da transnacionalização*. Porto: Afrontamento, 2000.

TEIXEIRA, Elenaudo. *O local e o global: limites e desafios da participação cidadã*. São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA, 2001.

TOLEDO, Leslie; FLORES, Maria Luiza R. E.; CANZATTI, Marli (Org.). *Cidade Educadora: a experiência de Porto Alegre*. São Paulo: Cortez/IPF, 2004.

TORRES, Carlos Alberto; O'CADIZ, Maria Del Pilar; WONG, Pia Lindquist (Org.). *Educação e democracia: a práxis de Paulo Freire em São Paulo*. São Paulo: Cortez/IPF, 2002.

Sites acessados

http://www.bcn.es/edcities/aice/estaticues/espanyol/sec_iaec.html

<http://www.brasilia.unesco.org/publicacoes/livros/eduambiental>

<http://www.cidades.gov.br/planodiretorparticipativo>

<http://dowbor.org>

<http://www.forummundialeduacao.org>

<http://www.mercocidades.org>

<http://www.mma.gov.br>

<http://www.tratadodeeducacaoambiental.net>

<http://www.unifreire.org>



Disponível a partir de agosto de 2009.
Na internet: www.municipioqueeduca.org
E-mail: contato@municipioqueeduca.org